

**Agricultura, gênero e reprodução social:
*Modos de vida das mulheres rurais em contextos de
expansão do agronegócio***

*Rural women ways of life in contexts
of expanding agribusiness*

Camila Calado

Pós-doutorado em Filosofia pela PUC-Rio. Doutorado em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ. Professora do PPGCOM/UFPI.
E-mail: c.calado.lima@gmail.com

Valéria Silva

Pós-doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ e em Agroecologia pela Universidad Nacional de Colombia. Doutora em Sociologia Política pela UFSC. Professora Aposentada da UFPI.
E-mail: valeriasilvathe@gmail.com.

Submetido em 22 de Junho de 2020
Aceito em 15 de Setembro de 2020

RESUMO

Pesquisa analisa os impactos do agronegócio sobre os modos de vida das mulheres das localidades rurais do Vale do Brejo Prata/Sebastião Leal/PI, num contexto em que sociabilidades camponesas passam a ser experimentadas sob trânsitos modernos/tradicionais, globais/locais e rurais/urbanos. Através da etnografia, da observação direta e da entrevista semiestruturada, identificamos a centralidade das mulheres na reprodução social dos grupos locais. Entretanto, se antes com lugares sociais vinculados ao trabalho doméstico, à religiosidade, à pequena

criação e ao extrativismo, na atualidade dialogam também com novos padrões socioculturais. As mudanças observadas relativas à pluriatividade, aos projetos de vida individualizados, à migração para estudo e trabalho e à postergação do casamento evidenciam impactos consideráveis no modo de inserção da mulher no ambiente rural, na comunidade e ante a hierarquia familiar camponesa, pautando novas dinâmicas no processo de reprodução dos modos de vida local.

PALAVRAS-CHAVE: *Rural. Gênero. Agricultura familiar. Agronegócio. Piauí-Brasil.*

ABSTRACT

This research analyzes the impacts of agribusiness on the ways of life of women in rural areas of Vale Prata/Sebastião Leal/PI, in a context in which peasant sociability starts to be experienced under modern/traditional, global/local and rural/urban transits. Through ethnography, direct observation and semi-structured interviews, we observe the centrality of women in the social reproduction of local groups. Previously women have social places linked to domestic work, religiosity, small creation and extractivism. Nowadays they also dialogue with new sociocultural standards. The changes observed in relation to pluriactivity, individualized life projects, migration to study and work and the postponement of marriage show considerable impacts on the way women are inserted in the rural environment, in the community and before the peasant family hierarchy, guiding new dynamics in the reproduction of local ways of life.

KEYWORDS: *Rural. Genre. Family farming. Agribusiness. Piauí-Brazil.*

RESUMEN

La investigación analiza los impactos de los agronegocios en las formas de vida de las mujeres en las zonas rurales de Vale del Prata / Sebastião Leal / PI, en un contexto en el que la sociabilidad campesina comienza a experimentarse en los tránsitos modernos/tradicionales, globales/ locales y rurales/urbanos. A través de la etnografía, la observación directa y las entrevistas semiestructuradas, observamos la centralidad de las mujeres en la reproducción social de los grupos locales. Sin embargo, si antes con lugares sociales vinculados al trabajo doméstico, la religiosidad, la pequeña creación y el extractivismo, hoy en día también dialogan con nuevos estándares socioculturales. Los cambios observados en relación con la pluriactividad, los proyectos de vida individualizados, la migración para estudiar y trabajar y el aplazamiento del matrimonio muestran impactos considerables en la forma en que las mujeres se insertan en el entorno rural, en la comunidad y ante la jerarquía familiar campesina, guiando nuevas dinámicas en el reproducción de formas de vida locales.

PALABRAS CLAVE: *rural. Género. Agricultura familiar. Agronegocios. Piauí-Brasil.*

1. Introdução

Cumprindo trajetória já conhecida no meio rural brasileiro, o agronegócio chegou aos cerrados, explorando novas áreas de monocultura granífera. Na expansão, avançou sobre os estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, região Mapitoba, considerada a última fronteira agrícola do Brasil. Este fenômeno desencadeou inúmeras alterações ambientais nas áreas devastadas com tais plantações, além de impactar as localidades circunvizinhas, situadas nas partes baixas, ao sopé das chapadas.

A chegada do agronegócio no Sudoeste piauiense pode ser percebida como o fenômeno de maior impacto social, econômico, cultural e ambiental já experienciado pelas populações residentes nos cerrados piauienses (Silva, 2011a; Dantas, Monteiro, 2011; Moraes, 2006). As sociabilidades locais, até então assentadas no modo de vida camponês (Woortmann, 1995), na agricultura de provisão (Godói, 1999; Moraes, 2000) e numa estrutura política patriarcal (Saffioti, 2004), vêm sendo interpeladas pelos novos contextos gerados em face da instalação da monocultura e de suas dinâmicas particulares. O agronegócio advém com suas características de mecanização, produção em larga escala e uso de insumos agrícolas industrializados, introduzindo novas lógicas de trabalho, novas paisagens, novos modos de relacionar-se com a terra, novas sociabilidades, novos processos de comercialização e de destinação dos produtos, em uma região historicamente marcada pela agricultura de provisão, por processos de produção baseados em técnicas agrícolas tradicionais e no trabalho familiar.

O agronegócio imprime novos modos de ver e de viver na terra, novos processos de racionalização, planejamento e cálculo da vida, que ultrapassam as trocas de saberes tradicionais intergeracionais, a autonomia sobre o processo do trabalho e um viver assentado no possível. A nova configuração social, econômica, cultural e ambiental do Sudoeste piauiense vem interferindo nas relações de

interconhecimento, nos valores e práticas sociais partilhados, potencializando o curso das mudanças, até então paulatinamente experimentadas, e a partilha de novos sentidos.

Neste cenário que se delinea, observamos fluxos migratórios especialmente dos homens com repercussões junto às mulheres que permanecem na localidade (Silva, 2010), a precarização do trabalho (Antunes, 2007; Silva, 2011b), a ascensão das tecnologias de informação e comunicação no cotidiano rural, de novas práticas de consumo, de novas possibilidades de assalariamento e o maior acesso às políticas públicas de redistribuição de renda, que impactam os modos de vida das localidades e, de modo específico, a questão de gênero.

Tendo em vista a magnitude da questão, em seus diversos aspectos, buscamos compreender, de modo amplo, de que modo o agronegócio e os novos diálogos culturais por ele potencializados impactam os modos de vida das três localidades rurais do Vale do Prata, no estado do Piauí, quais sejam: Roça Nova, Jenipapo e Vereda dos Tinguís. De modo estreito, a questão da qual se ocupa este artigo é: que mudanças se colocam para as mulheres camponesas do Vale Prata, pertencentes a diferentes gerações, agora inseridas num ambiente onde as sociabilidades tradicionais vêm sendo atravessadas por um movimento que potencializa as trocas de ordem tradicional/moderno, global/local e rural/urbano?

Para compreender os processos socioculturais desencadeados nas localidades, realizamos cuidadoso trabalho de observação direta e etnografia na região do Vale do Prata durante quatro anos, além de entrevistas semiestruturadas com grupos de mulheres. O trabalho de campo trouxe à tona inúmeras questões que afetam atualmente as mulheres locais, como: relações trabalhistas e de gênero na agricultura, relações hierárquicas familiares, reprodução de saberes tradicionais e práticas coletivas tradicionais, casamento, educação dos filhos e pluriatividade.

2. Gênero e ruralidades

Na contemporaneidade, as categorias rural e urbano devem ser pensadas de modo cada vez mais dialógico, complementar e interdependente, tendo em vista as correntes trocas simbólicas, comunicativas, culturais e econômicas. Longe de constituírem categorias unas, isoladas e contraditórias, são marcadas por profundos cruzamentos culturais (Carneiro, 1998, 2008; Favareto, 2007; Wanderley, 1997). O encurtamento das distâncias se torna evidente a partir dos deslocamentos geográficos, ampliados pelas estradas, surgimento de novas opções de transporte, migrações para estudo e trabalho, incremento turístico, avanços das tecnologias de comunicação e informação, racionalização das práticas produtivas e mecanização da agricultura.

A modernização e os padrões urbano-industriais não atingem de modo igual e com a mesma intensidade as ruralidades brasileiras – há variações inclusive no interior de uma mesma localidade rural. Além disso, o reforço identitário ancorado na sensação de pertencimento à uma localidade pode estar associado ao estabelecimento de relações com a alteridade, marcando especificidades e distanciamentos, como destaca Carneiro (2008).

Com o crescimento da preocupação ecológica e das inúmeras problemáticas do meio urbano, observamos o nascimento de uma nova ruralidade (Veiga, 2006) associada à preocupação com alimentação saudável, proteção da biodiversidade, respeito dos trabalhadores, produção de energias limpas, atrativo turístico para reconexão com a natureza e busca por bem-estar.

Para além de um processo de clausura ou homogeneização cultural, rural e urbano mantêm especificidades, mas num processo de interrelação e reconfiguração constante. O rural persiste como espaço territorial, social e cultural diferenciado. Contudo, suas marcas de uma relação singular com a natureza, modos particulares de ver e viver na terra, concepções singulares sobre o espaço, o tempo, a família e o trabalho, práticas de interconhecimento e reprodução de saberes tradicionais vêm se modificando, como demonstram os achados desta pesquisa. A ruralidade, como evidencia Carneiro (2008, p. 35), é “um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas”. Como resultado deste processo,

verificamos, de um lado, a reapropriação dos elementos da cultura local a partir da emergência de novos códigos culturais e, de outro, a apropriação de bens culturais e naturais do rural por parte do urbano.

Neste artigo, tomamos como reflexão as relações de gênero no rural contemporâneo, visando melhor compreender as marcações identitárias, o senso de pertencimento aos grupos e as relações de poder que se delineiam no cotidiano. Pensando com Hall (2003), as identidades de gênero são construídas e reconstruídas continuamente, a partir das relações sociais, da relação com o Outro, das representações ou interpelações dos sistemas culturais. Parte-se da perspectiva de um sujeito múltiplo, complexo, atravessado pelo gênero, mas também por outros sistemas de significação cultural.

Gênero não existe *a priori*. É uma categoria relacional, construída por meio de discursos, práticas institucionalizadas e cotidianas, representações e autorrepresentações. Lauretis (1994, p. 209) destaca que gênero “é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso”, o que permanece fora do discurso e pode desestabilizar representações.

Diversos estudos rurais têm se ocupado da discussão de gênero. Little e Panelli (2003) abordam que, inicialmente, a teoria do papel de gênero descreveu de forma acrítica as relações de gênero; os estudos feministas posteriores criticaram desigualdades de gênero na agricultura nas décadas de 1980 e 1990; e mais recentemente, reflexões pós-estruturalistas e pós-modernas vêm desconstruindo o modo como as identidades e performances de gênero são construídas, contestadas e reinventadas.

Maciazeki-Gomes, Nogueira e Toneli (2016) expõem que, apesar dos avanços nas conquistas das mulheres rurais, persistem inúmeros obstáculos a serem enfrentados. Ressaltam a demarcação dos papéis de gênero, com uma clara divisão do trabalho, do tempo, dos espaços, dos deslocamentos e das atividades rurais em geral, conduzindo à constatação de relações assimétricas entre homens e mulheres no meio rural.

A identificação de sistemas de valoração e hierarquização nas relações de gênero e na definição dos papéis no interior da comunidade, do núcleo familiar, do

cotidiano da roça, etc, com o homem assumindo posição hierárquica superior, também aparece em vários outros estudos, a exemplo de Nascimento (2014), Carneiro (2001) e Barbosa (2006). Embora amplamente naturalizadas e caracterizadoras do cotidiano rural, tratam-se de construções sociais situadas histórica e culturalmente, amplamente perpassadas por relações de poder e com implicações concretas sociais e subjetivas (Barbosa, 2006). Neste sentido, Maciazeki-Gomes, Nogueira e Toneli (2016) sugerem que sejam realizados novos estudos, que contemplem as singularidades da localidade, reflitam sobre as novas ruralidades e as possibilidades de desestabilização das usuais representações.

A noção de gênero no meio rural contribui para a descrição da realidade social, para a observação das tentativas de naturalização de processos de subjugação e definição do papel da mulher nas relações cotidianas, mas também das tentativas de resistência, de negociações e de inserção de novos sentidos. Buscamos, assim, compreender as mulheres camponesas do Vale do Prata, observando seus modos de vida, seus papéis sociais, suas percepções sobre práticas cotidianas e projetos futuros e que mudanças podemos apreender num contexto marcado por trocas tradicional/moderno, global/local e rural/urbano.

3. Relações de gênero no Vale do Prata

O município de Sebastião Leal está localizado no sudoeste do estado do Piauí, a 435 km da capital Teresina. Sua população estimada é de 4.294 pessoas, em uma extensão territorial de 3.151,588 Km², com densidade demográfica de 1,31 hab/km² (censo 2010). Em 2017, o salário médio mensal era de 1,6 salários mínimos e 55,5% da população tinha rendimentos mensais de até meio salário mínimo. O pessoal ocupado era 373 pessoas, correspondendo a 8,8% da população. O PIB per capita, contudo, é de R\$29.192,12, com 97,1% de receitas oriundas de fontes externas (IBGE, 2020), evidenciando que os recursos gerados não se voltam ao município.

O último censo (2010) mostrou o IDHM de 0,562 (quando o PIB per capita, em 2011, foi de R\$13.785,11), uma sutil diferença da população em relação ao

gênero (2.151 homens e 1.965 mulheres) e em relação à zona de ocupação (2.194 habitantes da área rural e 1.922 da urbana). Sobre a economia rural, na lavoura teve-se, em 2012, a produção de 55.851 toneladas de milho (valor da produção: R\$29.043.000,00), 24.049 toneladas de soja (R\$18.085.000,00), 892 toneladas de mandioca (R\$107.000,00), 216 toneladas de feijão (R\$ 562.000,00) e 3.813 toneladas de arroz (R\$ 2.745.000,00) (IBGE, 2013). Os produtos mandioca, feijão e arroz são, geralmente, os cultivos feitos pela agricultura familiar, a partir das localidades que tomamos para estudo.

A análise recai sobre mulheres de gerações diferentes, habitantes das localidades Roça Nova, Jenipapo e Vereda dos Tinguís, estabelecidas a no máximo 9 km do núcleo urbano do município. A noção de localidade supõe não apenas a delimitação física de um espaço, mas um espaço vivo, plural, que é apreendido como base para sociabilidades que conferem referência identitária a seus moradores (Carneiro, 2008). Assim, pensar as citadas localidades é ter em mente os festejos dos santos e santas padroeiras, os ciclos do cultivo tradicional e do extrativismo, o convívio com a chapada e o brejo, o casamento formal, as celebrações de vida e de morte, o criatório de pequenos rebanhos bovinos, as relações com o núcleo urbano, as migrações para estudo e trabalho e as relações de parentesco. Também se faz indispensável pensar sobre as novas dinâmicas engendradas pelo agronegócio que se fazem presentes nas localidades, tais como: a expectativa do emprego, a proletarização juvenil masculina, a precarização do trabalho, a contestação/valorização da vida rural, as mudanças nas relações intergeracionais, o despertar para a questão ambiental, as relações com a realidade virtual, dentre outros. E, por fim, tomar para análise as relações estabelecidas entre os fenômenos apontados, os quais vêm caracterizando os modos de vida locais, e as particularidades de gênero ali encontradas.

A etnografia foi eleita como método por possibilitar trocas intensas e diretas entre pesquisadoras e sujeitos, como evidenciam Laplantine (2000), Oliveira (1988) e Geertz (1999), possibilitando a observação, a descrição e a interpretação dos modos de vida das localidades do Prata. A partir da convivência diária nas localidades, dos encontros, das conversas nas casas e locais de trabalho,

das partilhas nas refeições, da participação das práticas coletivas tradicionais, dos festejos, dos momentos de celebração da vida e de choro pela morte, conseguimos nos aproximar do universo simbólico local e, assim, acessar sentidos e significações atribuídas pelas mulheres ao seu cotidiano, aos seus modos de ser e viver. A aproximação foi fundamental para dar complexidade à compreensão do campo e dos sujeitos. Durante todo o percurso etnográfico, escrevemos o diário de campo diariamente e com cautela ao fim de cada observação, com intuito de conservar os fatos, seus contextos e formas de expressão. Registramos cuidadosamente os territórios, os eventos, as práticas individuais e coletivas, os discursos das localidades, as interpretações dos sujeitos sobre suas vivências, o comportamento, as expressões verbais e não-verbais e os silêncios, para alcançarmos a descrição densa, proposta por Geertz (1999).

A observação direta e a entrevista semiestruturada foram técnicas importantes para coleta de informações. Observamos as práticas e os modos de vida das mulheres rurais da localidade, buscando apreender mudanças e continuidades nos modos de pensarem sobre si, nas suas relações familiares, com a comunidade e com a cidade, nos seus projetos de vida individuais, nos seus valores e suas práticas, com a chegada do agronegócio.

Nas entrevistas semiestruturadas grupais, as mulheres puderam manifestar-se livremente sobre os temas propostos. Cada entrevista foi realizada com um grupo da mesma família, mas de gerações distintas, o que possibilitou acessarmos informações a partir de interações sociais, da influência mútua de opiniões e atitudes (Minayo, 1999), de compreendermos melhor as vidas das entrevistadas inseridas em grupos sociais (Gaskell, 2002), as possíveis mudanças entre as gerações e os modos de reprodução das categorias de gênero tradicionalmente demarcadas. Para preservar a identidade das mulheres, usamos nomes fictícios, em sua maioria escolhidos por elas.

3.1 Gênero e agricultura de provisionamento

Até pouco tempo, as localidades do Vale do Prata baseavam-se predominantemente na agricultura de provisão (Godói, 1999), constituída pela roça de toco (Moraes, 2000), pela prática do extrativismo e pelo pequeno criatório. Com uma lógica de produção para consumo próprio e de coleta na natureza, os papéis sociais de homens e mulheres (bem como de jovens e adultos) no interior da família eram claramente demarcados, a partir de uma estruturação hierárquica que concentrava no pai/marido as decisões atinentes à família, tanto da vida em comunidade quanto das atividades laborais. Caberia aos homens as definições sobre o plantio, a preparação da terra e a prática em si. Às mulheres caberiam as tarefas ditas “menos pesadas”: colheita, atividades domésticas, extrativismo (buriti, pequi, babaçu), criatório (galinhas, porcos), artesanato (fiar algodão) e, mais raramente, o plantio.

Dona Célia, 76 anos, “acompanhava” seu pai na moagem, “fazendo comida pros trabalhador”. Na roça, os irmãos limpavam o mato com o pai, mas as moças não trabalhavam com a enxada; ao invés disso, “ciscavam” e faziam a colheita. Não recebiam pagamento pelo serviço realizado. Explica que o pai “decidia tudo: da comida, da roupa, dos calçado. Tudo. Aí ele me dava as coisa. Quando casei, acompanhei meu marido, porque ele trabalhava nas mesma coisa”. Além das atividades da roça, ocupava-se das atividades domésticas com sua mãe: pisava arroz, fiava algodão e preparava azeite, desde os 10 anos.

Hoje, Dona Célia tem quatro filhos: dois homens e duas mulheres. Na juventude, a filha Joana, 52, exercia atividades domésticas, mas não trabalhava na roça. Já sua irmã se dedicava integralmente aos estudos. Dona Célia não gostava de levar as filhas para a roça, pois julga ser um trabalho muito pesado. De modo semelhante, Joana criou a filha Sílvia: também não vai para a roça, mas realiza atividades domésticas, na condição de ajuda.

Matilde, 35, nora de Dona Célia, contrariando a lógica da usual divisão sexual do trabalho na roça, trabalhava com enxada, além de ajudar a mãe no preparo dos alimentos e na criação dos irmãos mais novos. Para os filhos, diz “querer o melhor: estudo”. Ivete, 6, estuda, mas também tem obrigações em casa: enxuga louças e tira o “cisco”. Os meninos, 12 e 9, não têm as mesmas obrigações,

mas por vezes, por exigência da mãe, contribuem com os afazeres domésticos. “Eles fazem. Não é de bom gosto não, mas faz. O Tito diz: ‘isso né pra mim não, que eu não sou mulher’”.

As narrativas da família de Dona Célia expõem o usual papel da mulher no grupo camponês e a sua imprescindibilidade para a reprodução social. Ressaltam a relação de poder do homem sobre a mulher como esteio fundamental da sociedade patriarcal, seja ele o pai, o irmão ou o marido (Saffioti, 2004).

Na Roça Nova, na casa de Dona Marta, 53, a divisão sexual do trabalho é semelhante. Os meninos acompanham o pai no labor da roça ou nas fazendas de soja, enquanto as meninas se ocupam das atividades domésticas, desde os 10 anos. Como Dona Marta é professora do município, as filhas Alex, 19, e Mulher Maravilha, 23, aprenderam cedo a “tomar conta da casa”, pois, durante o dia, a mãe ausentava-se do lar para a realização de suas atividades docentes. A participação das três mulheres na roça ocorria em tempos de colheita e através do preparo de alimentos para os trabalhadores contratados pelo pai.

Na roça, a participação das mulheres é compreendida como “ajuda”, não havendo, de modo geral, a caracterização das mesmas como “trabalhadoras da roça”. Carneiro (2001) destaca que ser agricultora é um estatuto matrimonial e não uma profissão, pois, ao casar, a mulher adquire responsabilidades frente ao marido, o que inclui a participação na lavoura associada a seu papel de esposa. A participação da mulher rural adulta na agricultura e das jovens nas atividades domésticas não tem o reconhecimento social de trabalho, inclusive na fala das mulheres, reiterando as percepções de Nascimento (2014) sobre a invisibilização do labor feminino nas unidades de produção da família rural e a reprodução da identidade de ajudante pelas próprias mulheres.

O cotidiano de Tássia, 37, e sua filha Flor, 18, é um pouco diferente. Usuais moradores da cidade, a família migrou há poucos anos para o meio rural, motivada pelas oportunidades de emprego para o marido na monocultura. Tássia não teve experiência de roça na infância, adolescência ou vida adulta. Mesmo após a mudança para Roça Nova, não desenvolveu contato com o trabalho agrícola, apenas com o criatório de galinhas, experiência passada para Flor. O criatório

sustenta a atividade do preparo de galinha caipira, prato típico encomendado por famílias da cidade Sebastião Leal, servida no pequeno bar do marido, contíguo à residência. Algumas famílias, como se vê, já desenvolvem outras atividades para o sustento do grupo, envolvendo especialmente as mulheres. A nova realidade começa a desenhar novos cenários para a posição da mulher no grupo familiar.

3.2 Práticas coletivas

No trabalho agrícola e noutros desenvolvidos nas localidades, encontramos com frequência práticas de solidariedade e partilha, que sustentam a reprodução de modos de vida ancorados no interconhecimento, parentesco e numa relação particular com a terra. Nas práticas coletivas tradicionais, observamos inserções de gênero diferenciadas. Há participação de homens e mulheres nos mutirões de colheita e “limpas” da roça - neste último, as mulheres atuam no preparo dos alimentos para os trabalhadores. Nos adjuntos do babaçu e buriti, usualmente apenas mulheres participam. Raramente, os homens ajudam a “catar no mato” e a “rapá” a polpa do buriti ou a quebrar o coco babaçu. A participação masculina é mais frequente na coleta do pequi, atividade que exige maior distanciamento de casa - o fruto precisa ser coletado na chapada. No arrobo do boi, as mulheres participam limpando as vísceras e escaldando-as para conservação e consumo.

Aos 62 anos, Dona Lívia quebra coco diariamente, na Roça Nova. Considerada a maior quebradeira de coco babaçu da região, produz 15 litros de azeite por semana. Ensinou as atividades a todas suas filhas, menos a torração do coco - “essa só a mãe faz”, diz Ana, 29. Hoje, apenas uma filha não participa mais da quebra do coco, porque “casou logo e foi morar na cidade”. Ana conta que o dia da quebra do coco “parece uma festa de casamento”. No Jenipapo, na casa de Dona Margarida, 88, Dona Rosa, 55, e Dália, 19, as três gerações participam do extrativismo do babaçu, pequi e buriti. A neta Dália só não aprendeu ainda a fazer o sabão de pequi, mas ajuda a mãe no preparo.

Enquanto entrevistávamos Dona Marta, Alex e Mulher Maravilha, as filhas checaram diversas vezes seus celulares, tanto individualmente, quanto

compartilhando entre elas um novo conteúdo recebido. Convivendo há cinco anos com o novo aparelho de comunicação, Mulher Maravilha considera-o bastante positivo, “especialmente para quem mora na roça”, por facilitar a comunicação em casos de enfermidade e durante os deslocamentos para a cidade de Sebastião Leal. “De repente, a gente cai doente [...] e não tem como a gente sair às pressas pro falta de transporte, né?! Quando viesse chegar na cidade, já tinha até passado. Então a gente pega o celular, liga pra assistência de saúde, manda uma ambulância e rapidamente é medicado.” Também considera positiva a chegada da televisão nas localidades, pois, através dela, podem se informar sobre o que acontece em todo o mundo (“antigamente, quando não tinha, a gente não sabia de nada. Sabia só as coisas aqui de perto [...]”) e assistir as novelas, acompanhando moda e cabelo das personagens (“a gente não imita, porque não tem como, pela questão financeira, mas a gente se inspira”).

Percebemos que as práticas coletivas tradicionais continuam presentes na sustentação dos modos de vida das localidades rurais, mas com intercâmbios culturais rural-urbano e local-global. A etnografia das práticas coletivas mostrou certa racionalização nas estratégias laborais e de consumo, e a presença do celular, da parabólica e da internet no cotidiano. Nos adjuntos, os cacetes eram manuseados com a mesma familiaridade dos celulares, ao mesmo tempo em que conversas sobre novelas e acontecimentos nacionais eram partilhadas com a mesma naturalidade dos acontecimentos das localidades. O agronegócio se revela no cotidiano também através da ausência local de maridos e filhos jovens das agriculturas nas práticas coletivas.

3.3 Renda familiar

No Vale do Prata, a geração de renda provém especialmente dos trabalhos permanentes ou temporários nas fazendas de agronegócio (períodos de colheita e plantio), do comércio local, do funcionalismo público e da agricultura de provisionamento, seja o recurso advindo da própria roça ou do trabalho de diarista, prestado para outros agricultores familiares. Em menor escala, provém do

acesso a políticas públicas redistributivas, no caso das mulheres. De modo geral, há um controle masculino sobre a renda familiar, o que está diretamente ligado ao fato de os homens exercerem atividades fora da esfera doméstica. A realidade parece sustentar a hierarquia no interior da família (masculino como lugar preponderante) e diminuir a autonomia da mulher nos processos decisórios de compra de bens/serviços de uso pessoal e do grupo familiar. Todavia, em algumas famílias em que a mulher tem rendimento, identificamos uma desestabilização das usuais relações financeiras até então predominantes no interior das famílias do Vale do Prata, o que evidencia a importância da capitalização para a maior independência feminina, em contextos eminentemente capitalistas, com processos divergentes do modo de vida camponês.

Dona Lívia, 62, sempre trabalhou na roça. Enquanto criança, trabalhava na roça do pai e também “na roça dos outros pra ganhar. O que eu ganhava ele [pai] me liberava pra eu vender e daquele dinheiro, eu comprava meus objetos [...]. Meu futuro um dia era casar, aí eu dizia: ‘eu vou é trabalhar pra comprar minhas coisas’”. Hoje, continua trabalhando na roça e nas práticas do coco, que garantem um retorno financeiro complementado pela aposentadoria de trabalhadora rural. Sobre a renda própria, expõe: “O marido, quando entende, só diz assim: ‘obrigado por eu ter casado com uma pessoa que me ajuda, e não com uma que fica como passarinho com o biquinho aberto, só esperando o que ele traz pra casa’”. Para a filha Ana, o assalariamento confere à mulher “uma voz mais ativa porque ela tá ajudando o homem a trazer coisas pra casa pra ajudar na criação dos filhos”. Na roça da família, as decisões cabiam tanto a Seu José (o marido) quanto a Dona Lívia.

Dona Marta também tem renda própria, como professora municipal em Roça Nova, e divide as despesas de casa com o marido. Para ela, “deu jeito diferente [no casamento], pra melhor. Como eu trabalhei primeiro do que ele, a gente combinou de eu mesma comprar as coisas e ele não se metia não, porque sabe que eu sou a caseira, eu que sabia o que precisava. Hoje, que ele é aposentado, a gente divide”. A filha Mulher Maravilha acredita que o assalariamento da mãe faz diferença nas relações intrafamiliares, por possibilitar a compra com o dinheiro

próprio de objetos de uso pessoal e por conferir à mulher maior autonomia nas decisões. Sobre o segundo aspecto, destaca:

[...] mas só um pouco, a não ser que seja uma mulher muito autoritária, né, que ela pode pensar assim: 'ah, eu já tenho meu serviço, não dependo de você, quem manda aqui sou eu'. [...] Ela [mãe] participa muito nas decisões de dentro de casa. [...] Ela tem dinheiro, ela pode opinar e dizer o que quer, até porque ela também pode ajudar a pagar.

O programa do governo federal Bolsa Família também parece acarretar uma mudança nas relações familiares, vez que a maior parte das responsáveis pela retirada do benefício é a mulher. Joana conta que usa o dinheiro do programa para gastos com a filha. O marido não acessa e nem opina sobre o uso do recurso. Matilde reafirma a mesma lógica.

3.4. Acesso das mulheres ao mundo público

Nas gerações mais antigas, o acesso das mulheres ao mundo público era mais restrito. O homem era a figura pública, atuante na produção agrícola, na comercialização dos produtos da roça e na compra de produtos variados para o consumo familiar. Se o filho adoecia, a mulher cuidava em casa e o homem ia à farmácia comprar o remédio. Na Vereda dos Tinguís, Dona Clenilda conta que até hoje passa anos sem ir à cidade, que não sente nenhuma falta. Não vai nem para sacar seu salário, os filhos fazem por ela.

A presença das mulheres no espaço público se dava especialmente pela participação nas práticas tradicionais descritas (adjuntos, mutirões, limpas...) e nas atividades religiosas (festejos, novenas, terços, encontro dos jovens), destas em maior número que os homens. A este respeito, as mulheres observam uma mudança com aumento participação dos meninos no grupo de jovens da igreja.

Na casa de Tássia, na Roça Nova, quando alguém encomenda uma galinha caipira, o marido é quem recepciona os clientes no bar. Tássia cozinha e a filha Flor auxilia na hora de servir. Quando almoçamos na casa de Tássia, apenas o marido

sentou na mesa conosco – ela almoçou afastada. Durante o almoço, o caçula foi servido pela mãe e pela irmã e seus pedidos (“mais refrigerante”, “mais galinha”) foram direcionados para elas, nunca para o pai.

Na casa de Dona Zuleide e Seu Décio, no Jenipapo, o procedimento era semelhante. Na hora das refeições em que Seu Décio estava em casa, apenas ele sentava à mesa conosco. Dona Zuleide sentava afastada da mesa, na lateral, marcando sua prontidão para servir. Quando o marido ia para a roça, ela sentava à mesa e comia conosco.

Na casa de Dona Clenilda, a realidade era diferente. Viúva, residia com o filho, a nora, dois netos e, praticamente, com a outra filha e neta, pois, apesar de morarem na casa vizinha, faziam todas as refeições na casa de Dona Clenilda, bem como partilhavam das atividades domésticas. Na hora da refeição, a mesa era ocupada pelas mulheres com naturalidade.

No cotidiano das mulheres das novas gerações, observamos mudanças relativas à pluriatividade, ao estudo (incluindo a migração para tal) e ao trabalho, na cidade de Sebastião Leal ou nas fazendas de agronegócio (em menor escala). Esta realidade vem ampliando a presença feminina no espaço público e ampliando o seu universo relacional.

3.4 Estudo e postergação do casamento

A cada nova ida ao campo pudemos acompanhar a ampliação do comércio no núcleo urbano, com surgimento de lanchonetes, pousadas, lojas, salões de beleza e até de uma clínica de diagnóstico de imagem. Diante do mercado em expansão, jovens mulheres das localidades passam a trabalhar na cidade de Sebastião Leal. Das três opções de trabalho mais correntes (roça, fazenda de soja e cidade), Dona Marta prefere que as filhas trabalhem na cidade e avalia o trabalho como mais fundamental para a mulher que o casamento: “*hoje em dia* casamento não é muita coisa, o que importa é a pessoa ter seu estudo, ter o emprego” (grifos nossos).

Diz que prefere que as filhas casem com um rapaz que trabalhe na fazenda ou na cidade, ao invés da roça, pois se o marido trabalhar na roça, a filha terá que ajudá-lo (“trabalho muito sofrido”). Optando pela fazenda, a filha continuaria com a possibilidade de empregabilidade na cidade. Na narrativa, fica implícito que na agricultura camponesa a mulher tem papel inerente – recusado por Dona Marta para as filhas e ela própria, visto ser professora. Na fazenda de soja, onde vige o trabalho agrícola assalariado, não existe um lugar para a mulher, dada a diferença de perspectiva de trabalho posta e em virtude do preconceito de gênero em torno da impossibilidade de as mulheres realizarem a maioria das atividades, por serem pesadas, e ainda dos riscos de trabalhar em lugares ermos das fazendas com uma equipe predominantemente masculina.

Quando Dona Marta planeja um cenário futuro para suas filhas ainda visualiza o casamento, mas, agora, com os genros trabalhando na fazenda e as filhas na cidade. É um cenário onde inexistente a agricultura tradicional, mas no qual, embora ambos ocupem o espaço público da vida comunitária, o homem permanece com a supremacia dos ganhos, pois a atividade da soja oferece melhor remuneração, em comparação com demais trabalhos urbanos, ainda que sejam atividades que não exigem qualificação profissional. Tal situação geral é naturalizada pelas mulheres do Prata, muito embora tenham majoritariamente maior grau de instrução que os homens locais.

A visão sobre a postergação do casamento aparece também na família de Dona Josefa. A filha Clarissa deseja casar com Daniel, com quem namora há um ano, mas os pais dizem que não irão assinar o casamento. Dona Josefa explica: “ela é muito nova, é de menor. [...] Ele é mais velho, já tá caminhando pros 30. [...] A gente quer que ela estude, acabe com essa carreira bonita dos estudos. [...] É preciso estudar pra não aguentar humilhação de homem”.

Dona Maria reitera esta percepção: “hoje só tem valor quando estuda. [...] Meus pais pelearam muito pra eu aprender e eu não quis, inculada com negócio de namoro, de casar logo. Me arrependi e digo pra elas [filhas]: ‘não faça isso’. Hoje, o valor da gente é o que a gente sabe. É uma coisa que a gente tem para sempre, que a gente carrega”. Em seu entendimento, na Vereda dos Tinguís, “tem futuro, mas é

trabalhando no pesado mesmo. Porque até agora a gente não tem aqui uma coisa mais maneira”.

Em todos os diálogos estabelecidos com mães rurais, o desejo para o futuro das filhas é o mesmo: estudo e, adiante, bom emprego, priorizado ante o casamento. Há uma associação da roça com “trabalho pesado”, sendo corrente a opinião de que almejam “uma vida mais fácil” e “menos sofrida” para as filhas, em seus termos.

Dos jovens das localidades estudadas, a maior parte das migrações para estudo ocorre entre as mulheres. No município de Sebastião Leal, há escolas de ensino fundamental e médio, sendo oferecido transporte público para os moradores rurais. Concluído o ensino médio, é necessária a migração para realizar cursos técnicos ou graduações nas cidades próximas de Uruçuí, Bom Jesus ou Florianópolis. Quem não tem possibilidades de fazê-los, cursa o ensino técnico ou superior à distância. Nas localidades, há jovens que realizaram cursos técnicos em Zootecnia, Agropecuária, Assistente de Enfermagem, bem como graduações em Agronomia, Teologia, Pedagogia, História e Filosofia. A maior parte dos cursos é oferecida por rede privada de ensino.

Quando indagada sobre as oportunidades de trabalho na região, Ana, 29, já nem considera a roça: “surgiu uma forma mais fácil de se viver. Tem as fazendas, tem a cidade, o comércio, a prefeitura, esse ambiente cresceu e abriu mais espaço de trabalho pras pessoas”. Menciona ter havido ainda melhorias no campo da educação, da saúde e maior facilidade para compras de produtos.

Hoje, Mulher Maravilha mora na cidade de Sebastião Leal e não anseia que os filhos tenham a experiência de trabalhar na roça, deseja que tenham o vínculo afetivo com a terra dos pais e avós, mas almeja que trabalhem na cidade, “porque na roça é muito sofrido, é muito ruim”. A irmã Alex, vendedora em uma loja na cidade, também deseja que os filhos estudem e trabalhem em serviços na cidade.

3.5 Educação dos filhos

No cotidiano dos filhos, as mães assumem maior responsabilidade nas providências alimentares, no acompanhamento dos estudos, nos cuidados da saúde e demais aspectos. No Prata, os cuidados com a saúde eram tradicionalmente marcados pelas práticas de cura naturais, baseada em produtos extraídos da natureza e nos saberes partilhados entre as gerações. Tal realidade apareceu na fala das mulheres associada também às dificuldades de acesso ao sistema de saúde, no passado restrito ao município vizinho de Bertolândia. Hoje, as mulheres identificam uma mudança considerável na evocação de tais saberes, especialmente atrelada ao maior acesso ao sistema de saúde. No Jenipapo, Dona Margarida, 52, conta: “Eu, o que eu sei é que hoje a maior parte do pessoal... eles botaram toda a fé que tinha nos remédio dentro de casa, nos médico, porque por tudo se leva no médico. Agora, eu mesmo num vou por tudo. Se for uma coisa que eu conheço, eu faço meu remédio em casa e dá certo”. Dona Rosa, 84, ressalta uma mudança também em relação à crença no rezador, figura tradicional da comunidade para o tratamento de determinadas enfermidades, mas que se torna alvo de descrença. A filha/neta Dália, 16, considera positiva a mudança, pois acredita que o médico pode definir com maior precisão o real diagnóstico da doença, conhecimento que, por vezes, escapa do saber tradicional.

Para botar “regra mais dura, é mais o pai”, diz Mônica. A sogra complementa: “os menino atende mais o pai; a mãe, eles leva na brincadeira”. A educação difere conforme o gênero. Mônica explica que, quando estiverem mais velhos, “os meninos vão ser mais liberto. Clarissa não, que é mulher, aí tem que segurar mais”. Acredita reproduzir a criação que recebeu dos pais com tratamento diferenciado para os meninos e as meninas. A cunhada Rita reitera os mesmos modos de cuidado com as mulheres, explicando que “a mulher não pode ir pra todo lugar sozinha. Tem que ir mais o pai ou a mãe”. Pode ir sozinha para a igreja, mas para a festa, deve ir com tios ou com o pai. Nas localidades estudadas, é este o modo geral de cuidar dos filhos.

Na Vereda dos Tinguís, na casa de Dona Sandra, 83, ela e a irmã podiam ir para festas, desde que acompanhadas pelo pai ou por outra pessoa de confiança. Dona Maria, sua filha, que hoje já tem 57, cria as filhas de modo semelhante: as filhas só podem sair acompanhadas, mas o filho pode sair sozinho. A decisão final sobre a saída, nas três gerações, cabe ao pai, “o cabeça”. “Se ele disser ‘não vai’, ela [filha] não diz uma palavra. Pronto. Acabou. Morreu”, narra Dona Maria. Quando indagada sobre sua intervenção junto ao marido em defesa da saída dos filhos, conta que intercedeu apenas “uma vez. Nunca mais. [neste momento, Dona Sandra interveio: “presta não”] Eles disseram que tavam numa festa e depois foram pra outra e ainda chegaram separados em casa”. Repreendeu os filhos:

não tem esse negócio de dizer que é de maior não, de dizer que se governa não, porque eu já to caminhando pra 60 e nunca disse essa palavra. Quando eu morava com meu pai, era ele; e hoje, é meu marido. Se eu quero ir pra um canto e ele diz ‘não vai’, eu não vou. Do mesmo jeito, é vocês.

Os depoimentos evidenciam a hierarquia das relações de gênero no interior da família rural, que se revela, nas falas, não apenas em torno das relações pais/filhos, mas também esposa/marido.

Outro dia, no Jenipapo, enquanto conversávamos com Dona Sofia na porta de sua casa, a filha Paula chegou com o namorado Álvaro e a irmã Tamires. Pediu para assistir ao bingo em Bertolândia (município vizinho). A mãe imediatamente manifestou-se: “Isso aí não é comigo não. Não é pra ir pra festejo não”. Paula argumentou que participaria apenas do bingo e a irmã também iria. Dois aspectos puderam ser observados em tal situação: o poder de decisão sobre a saída da filha e a presença da irmã como companheira do casal de namorados.

Dona Marta explica:

É diferente, porque eles são homens, né?! Se alguma coisa acontecer com eles, acontece deles querer. Com as meninas, já é mais difícil, porque a gente tem medo. Como tá a vivência humana hoje, tá muito complicado. Então elas não são muito de sair. Quem governa mais o lazer delas sou eu, que sou a mãe, porque convivo

mais dentro de casa com elas. Sou eu e o pai, mas, em primeiro lugar, sou eu que sei o que elas devem fazer e não devem, porque eu também sou mulher [...] Se a moça sai pra uma festa, se passar das 12 [meia-noite], pra mim, já não dá certo, porque, se passar das 12, já tão tudo bêbado. Então já vai acontecer coisa que não presta.

Dona Marta distancia-se dos depoimentos anteriores quando reivindica a autoridade da experiência perante seu grupo familiar – ela saberia o melhor para as filhas, pois é mulher –, ao mesmo tempo em que demarca o lugar das mulheres como diferente dos homens: mulheres têm direito a menor permanência no espaço público em função da maior liberdade masculina para consumir álcool, para circular e permanecer onde escolhe estar.

A filha caçula Alex diz que acha certo a diferença de criação, porque “homens e mulheres são diferentes mesmo”. De imediato, a primogênita Mulher Maravilha discorda (“acho isso muito errado, eles deviam confiar mais na gente”) e diz que pretende flexibilizar mais com suas filhas (“não vai ficar assim tão presa”). Ao mesmo tempo em que manifesta o desejo por mais liberdade, no desenrolar de nossa conversa, Mulher Maravilha menciona que sua filha terá o “jeito certo de andar”, quando se refere ao olhar da comunidade em relação aos comportamentos dos jovens, ratificando uma distinção do olhar do outro conforme o gênero. A dubiedade de percepção da questão marca sua opinião sobre outros aspectos:

[...] homem que fica com uma menina aqui, outra menina ali, o pessoal diz assim: ‘aquele ali é bom de mulher, sabe encantar uma mulher’. Já uma mulher que faz isso aí, vai mais tarde receber o nome de ‘galinha’, a comunidade vai dizer que ela não presta, que ela não serve pra nada, só mesmo pra ficar.

[...] é diferente [...] Nenhuma mãe quer que sua filha fique se expondo, por exemplo, sai com um rapaz hoje, amanhã, já sai com outro e fica com ele... Isso é novela mesmo, é pra criar entretenimento, porque nenhuma mãe aconselha isso: ‘minha filha, se entregue pra ele’, ‘engravidar que ele vai gostar de você’. Quer que a filha case, quer que elas tenham um relacionamento mais fechado, não aberto pra ficar de festa em festa, com um homem e com outro. Porque depois vai surgindo outros tipos de fama, vai chamar de prostituta.

Seu depoimento revela um profundo imbricamento entre o olhar do outro e o olhar de si. Ao mesmo tempo em que reivindica maior liberdade para suas ações, reconhece as barreiras culturais, que, no seu falar, aparecem – ao mesmo tempo – como limitantes e orientadoras de seus modos de ser e agir, marcando os trânsitos que vivencia entre o mundo em que nasceu e o da sua juventude.

3.8 Agronegócio e gênero

Muito embora as mulheres estejam mais distantes do cotidiano das fazendas de soja, esta realidade aparece correntemente em suas falas. Dona Lívia, 62, constrói um comparativo entre a roça e o novo momento que tem vivenciado com a instalação das grandes fazendas na região:

aquele tempo que eu criei meus filhos foi um tempo muito suado, muito sofrido, da roça, trabalhando nos baixões, carregando as coisas na cabeça [...] Muitas vezes, a gente não tinha nem um jumento pra carregar as cargas... uns 3 ou 4 km que a gente tinha que caminhar pra roça [...] Mas era bom demais também [...] hoje, tem muitas facilidades, muito emprego inclusive com essas fazendas [...] Pra uns, é bom; pra outros é mal. A gente já fica recuado, sem ter a possibilidade de criar os animais da gente, porque a gente é pobre, não tem condição de cercar as áreas da gente [...] se eu fosse um homem, eu jamais deixaria minha roça. É sua terra, você tá produzindo pra sua casa.

Como vemos, a pertença identitária, as condições materiais de vida vão surgindo imbricadas e matizadas com as realidades contemporâneas, conduzindo à compreensão do seu tempo como uma mescla de ambos os processos que experimenta no cotidiano. É o que marca também aquilo que Ana pensa sobre a condição de trabalho da filha:

Minha filha tá vivendo hoje num ambiente muito mais fácil pra se viver. Antigamente, era uma vida muito sofrida, a gente sofria muito pra botar comida dentro de casa, pra ter o que comer. [...] tudo vinha da roça. Hoje, muitos já nem trabalham mais nas suas

roças, saem para trabalhar nas fazendas, porque o ganho lá é melhor.

Ana aborda que hoje o trabalho na roça está mais exigente, do ponto de vista técnico: “antes, só arava a terra; hoje em dia, além de arar, tem que comprar o adubo pra adubar pra dá uma colheita boa”. Podemos ver o olhar atual de Ana sobre a roça orientado pelas técnicas da monocultura adotadas nas fazendas de soja, este transmitido nas localidades rurais a partir dos jovens que lidam com tais conhecimentos quando trabalham nas plantações em escala. Normalmente, o saber que chega quanto ao manejo de plantações utilizando agrotóxico e adubo químico industrializado vem suplantando grande parte do conhecimento tradicional local.

Mas é em nome da geração de emprego que Mulher Maravilha avalia positivamente a presença das fazendas na região: “Mulher na cozinha pra fazer comida pros peão. E pros homens, tem vários tipos de serviço, que é catar raiz, ficar no escritório, fazer mandado... [...] se não tivesse as fazendas, não teria como empregar a maioria do pessoal que mora aqui”. Ressalta, entretanto, os impactos negativos para a saúde das localidades, mencionando casos de contaminação direta com agrotóxicos – pessoas que trabalham com imunização das sementes – e também indireta, decorrente da contaminação das águas. No Jenipapo, Dona Lourdes manifesta-se

O veneno que tem aqui foi tudo por causa das fazenda. E agora o veneno tá aí, todo mundo usando sem saber o que pode acontecer. Eu tenho medo porque a gente pode tá comendo veneno! As plantação da beira do brejo lá na Prata morreram tudo. Só pode é ser dessas fazenda.

Mulher Maravilha acredita também que o interesse pelo trabalho no agronegócio está intimamente relacionado à capitalização e ao maior acesso ao consumo: “Naquela época, como todo mundo era igual, não tinha aquilo de dizer: ‘ah, fulano tem isso e eu não tenho. [...] Com o passar do tempo, o pessoal ‘ah, consegui um serviço, comprei isso e aquilo’”. O aumento do poder de compra aparece como aspecto positivo especialmente nas conversas com as mais jovens. A

este respeito, Dona Lourdes tece críticas, abordando que uma marca dos tempos atuais é trabalhar muito para aumentar o poder de consumo, o que vem suplantando o prazer do ócio, da conversa na calçada, do prazer gratuito e da gestão quase comunitária das crianças e jovens. Diz: “tem gente que não tem mais tempo pra cuidar dos filhos com três turnos de trabalho. Pra que isso tudo? É porque quer ter muita coisa. E do que adianta? Depois tá aí com problema”.

Sobre a disponibilidade de emprego para mulheres nas fazendas de soja, mencionada por Mulher Maravilha, identificamos que a oferta é reduzida. O discurso oficial do agronegócio como grande gerador de empregos na região é posto em questão quando nos deparamos com o número real de postos de trabalho gerados, tanto para homens quanto para mulheres. No caso das mulheres, os postos oferecidos são cozinha, lavanderia, escritório e babá dos filhos dos fazendeiros. Das três localidades estudadas, encontramos apenas dois casos de mulheres empregadas nas fazendas, ambas no cargo de babá. A este respeito, evidenciamos que Letícia, uma das babás, possui curso técnico em Agropecuária, tendo inclusive estagiado em uma fazenda da região, durante o período de estágio obrigatório exigido pelo curso. Na referida ocasião, Letícia, que cultivava sua própria roça na Roça Nova e sonha em atuar no agronegócio, trabalhou no campo e guiou máquinas, lado a lado com os trabalhadores masculinos. Depois do estágio, todavia, não conseguiu o posto almejado em nenhuma fazenda de soja da região. Após concluir o curso técnico, Letícia fez também Bacharelado em Pedagogia e em Filosofia. As oportunidades de emprego para ela, entretanto, eram inexistentes, em nossa última ida a campo.

Em entrevista realizada com o proprietário da fazenda de soja, em que Letícia estagiou, indagamos se haveria lugar para as mulheres atuarem na fazenda. Surpreso com a pergunta, disse que ainda não estavam preparados para contratar esta mão-de-obra, alegando falta de alojamento, mas abordou que estavam abertos e iriam se preparar para tal realidade. A justificativa do alojamento parece insuficiente, tendo em vista que há alojamento feminino para as demais trabalhadoras. A princípio, a postura parece reafirmar que também no agronegócio

a percepção sobre homens e mulheres vem reproduzindo os papéis sociais tradicionais nos moldes encontrados na agricultura familiar local.

No ambiente do agronegócio, atividade de natureza marcadamente global-local e rural-urbano, a percepção sobre mulheres e homens, no tocante à contratação, não se assemelha àquela mais encontrada nas cidades e nos maiores centros do mundo, onde mulheres gozam de maiores oportunidades. Ao contrário, reproduz aquela que subsistia nos grupos da agricultura familiar, reforçando o lado tradicional do binômio tradicional-moderno. A situação da mulher rural não ganha diferença com as mudanças que ocorrem com as novas sistemáticas de produção locais. Isso evidencia a procedência do pensamento de Saffioti (2004) ao abordar que embora a sociedade machista patriarcal preceda o capitalismo, este modo de produção consegue, sem qualquer sobressalto, utilizar-se das práticas tradicionais a seu favor.

4 Conclusão

Enquanto contextos em trânsito, as localidades pesquisadas exibem aspectos que se vinculam tanto às práticas tradicionais quanto às práticas oriundas das novas realidades experimentadas pelos grupos locais. Tradicionalmente, as mulheres ocupavam lugares sociais relativos ao trabalho doméstico – contemplando a administração da casa, a educação dos filhos e os cuidados com a saúde da família –, à pequena criação e ao extrativismo com acesso restrito ao espaço público e sem o devido reconhecimento social das atividades laborais desenvolvidas. As tarefas eram caracterizadas como “ajuda” e de responsabilidade intrínseca ao feminino, não entrando na contabilidade familiar como ativo econômico e social. Os papéis sociais de homens e mulheres eram claramente definidos, com base em uma estrutura hierárquica que concentrava na figura do homem as decisões implicadas na relação casa/espaço público e no desenvolvimento da agricultura. Os homens eram responsáveis solitariamente pelas definições do trabalho, quanto a preparação da terra, plantio, colheita,

comercialização e aplicação dos recursos, e desta condição provinha sua supremacia.

Com a expansão do agronegócio e os diálogos com novos padrões socioculturais, identificamos consideráveis mudanças na participação das mulheres nas localidades – muito embora o acesso ao emprego formal e à renda em função da presença da monocultura não tenha sofrido maior alteração. São observáveis questões novas em relação à pluriatividade, aos projetos de vida individualizados, à migração para estudo e trabalho, ao maior acesso ao espaço público, à menor participação em práticas coletivas tradicionais, à menor participação nos cuidados com a saúde (maior responsabilidade atribuída a profissionais e espaços formais de saúde), aos modos de educar dos filhos e à relativa perda da força de reprodução dos saberes rurais tradicionais. Tal realidade indica que os trânsitos se dão muito mais na dimensão cultural do que concretamente na reprodução material da vida, onde as mulheres continuam ocupando lugares subalternizados.

De todo modo, as mudanças experimentadas provocam alterações nas relações tradicionais de gênero no meio rural, na medida em que a educação mais inclusiva, o acesso à renda e o maior acesso das mulheres ao espaço público desestabilizam o usual controle masculino sobre a renda familiar, contribuindo para a postergação do casamento, com crescente valorização do estudo e da autonomia da mulher nos processos decisórios no interior da família e da comunidade. Neste contexto, os novos lugares de gênero vêm pautando novas dinâmicas no processo de reprodução dos modos de vida e trabalho da agricultura familiar local, embora a condição de trabalho e renda fora deste ambiente seja precarizada. Observamos ainda que as mulheres locais se distanciam da repetição dos papéis tradicionais rurais em proporção direta com a menor idade, o aumento do nível escolar, a assunção do trabalho sob o *ethos* urbano, o diálogo com a agricultura em escala e a maior interação com as trocas globais/locais e rurais/urbanas, propiciadas pelo acesso às novas tecnologias, escola e núcleo urbano. Esta realidade enfraquece o processo de reprodução social das mulheres conforme os antigos padrões vigentes.

Muito embora visíveis mudanças estejam em curso, parecem ainda não sustentar maior libertação das mulheres camponesas, seja nos contextos das roças, seja nas fazendas do agronegócio. A lógica, o *ethos* e o cotidiano da subjugação do gênero feminino aparecem não apenas nos processos de trabalho, nas diversas relações, mas também no modo como grande parte das entrevistadas pensam a realidade e os lugares sociais de homens e mulheres.

5 Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2007.

BARBOSA, Viviane O. A caminho dos babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadores rurais no Maranhão. In: WOORTMANN, Ellen F.; MENACHE, Renata; HEREDIA, Beatriz (org.). *Margarida Alves Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: MDA, IICA, 2006.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. *RURIS*, v. 2, n. 1, p. 9-38, 2008.

_____. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas*, ano 9, p. 22-55, 2001.

DANTAS, Kerle Pereira; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. Custos dos efeitos internos da produção de soja no cerrado piauiense. *Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, v. 48, n. 4, p. 10-35, 2010.

FAVARETO, Arilson da Silva. A longa evolução da relação rural-urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. *RURIS*, v. 1, n. 1, p. 157-190, 2007.

GASKELL, George. “Entrevistas individuais e grupais”. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

IBGE. *Produção Agrícola Municipal 2012*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. Sebastião Leal: panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/sebastiao-leal/panorama>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LAURETIS, Teresa de. "As tecnologias do gênero". In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LITTLE, Jo; PANELLI, Ruth. Gender Research in Rural Geography. *Gender, Place and Culture*, v. 10, n. 3, p. 281-289, 2003.

MACIAZEKI-GOMES, Rita de Cássia; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria Juracy F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n.1, p. 115-124, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. *Fala Galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*: Garamond, 1999.

MORAES, Maria Dione Carvalho D. "Do destino pastoril à vocação agrícola: modernização agrícola dos cerradas e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí". In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (orgs.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas sócio-espaciais*. Fortaleza: BNB, 2006, p. 173-209.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. Mulheres rurais e agroecologia: perdas e ganhos de um aprendizado cotidiano nas chapadas do leste maranhense frente à expansão da monocultura de soja. *Gênero, Niterói*, v.15, n.1, p. 81-102, 2014.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Marlúcia Valéria da. *Pisando em terra firme(?)*: identidades juvenis e reprodução social na localidade rural Roça Nova, Sebastião Leal-PI. 2011. Relatório de pós-doutoramento. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011a.

SILVA, Valéria. Rabicheiros e Bazuqueiros: trânsitos identitários juvenis rurais na diáspora do agronegócio. *Anais III Reunião Equatorial de Antropologia/XII Encontro de Antropólogos do Norte e Nordeste do Brasil*. Boa Vista: UFRR, 2011b.

SILVA, Marcelo S. da; MENEZES, Marilda A. de. "Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das Esposas, Mães e Namoradas dos Migrantes Sazonais do Município de Tavares - PB". In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; Menezes, Marilda (orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 281-312.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOORTMANN, Ellen. Teorias do campesinato. In: *Herdeiros, Parentes e compadres*. São Paulo-Brasília: Hucitec, Edunb, 1995, p. 30-66.

VEIGA, José Eli da. Nascimento de outra ruralidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 57, p. 333-353, 2006.